

Apresentação

O número 3 do volume 17 da Revista Educação Popular (REP) fecha o ciclo do ano de 2018 com doze artigos e dois relatos de experiência que abordam temáticas importantes e que, de alguma forma, sintetizam parte das problemáticas sociais, culturais e educacionais que atravessaram a sociedade brasileira nesses últimos tempos. Certamente 2018 foi um dos anos mais difíceis dessa década no novo milênio: a greve dos caminhoneiros, a prisão do ex-presidente Lula, as eleições marcadas pela disseminação de fake news e com o protagonismo dos aplicativos de comunicação instantânea, o doloroso incêndio no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro e tantos outros acontecimentos difíceis de serem digeridos nessa reta final da segunda década dos anos 2000. E também foi nesse contexto que a produção intelectual debruçou seus olhares apontando problemáticas, indicando alternativas e testando possibilidades. Assim, em certa medida, foi no bojo desses acontecimentos que as pesquisas, reflexões e experiências aqui relatadas apresentaram suas questões.

O primeiro artigo desta edição é parte de uma pesquisa de doutorado e tem como propósito desenvolver uma análise no sentido de apresentar uma perspectiva de abordagem sobre as drogas a partir da educação popular. O segundo artigo buscou conhecer histórias de vida e estratégias de sobrevivência de pessoas em situação de rua em um município de Santa Catarina, cujos resultados permitiram identificar que tais histórias são marcadas por uma sucessão de tragédias, perdas, violências, exclusão social, dentre outros, ao mesmo tempo em que refletem algum sentimento de pertencimento e de identidade com o grupo. O artigo seguinte faz uma análise sobre o Programa de Educação Popular em Saúde da Universidade Federal da Paraíba, destacando que a aproximação entre experiências extensionistas em educação popular pode fortalecer as possibilidades de criação de espaços institucionais de cunho crítico, proativo e participativo. Também na temática da saúde, o quarto artigo apresenta algumas reflexões teóricas e metodológicas resultantes de uma pesquisa participante com mulheres assentadas, visando fortalecer ações de cuidado à saúde realizadas com essas mulheres a partir de um processo dialógico de construção, com vistas a gerar mais visibilidade as suas ações nos meios acadêmicos, políticos e sociais. Noutra direção, o quinto artigo apresenta a experiência da construção da política educacional desenvolvida pela Secretaria Municipal de Educação de Uberlândia, Minas Gerais, a partir de dados oriundos de outra pesquisa desenvolvida em período anterior, fundada na metodologia da pesquisa-ação, revelando, dentre outras coisas, a aproximação dos valores e das diretrizes presentes nos documentos analisados, com as proposições do campo da educação popular. O sexto artigo faz uma análise das estratégias de privatização da educação na rede estadual do Rio Grande do Sul, por meio do programa “Escola Melhor: Sociedade Melhor”, que incentiva pessoas físicas e jurídicas a fazerem doações, reformas e ampliações em instituições da rede, desresponsabilizando o Estado de suas obrigações com o desenvolvimento da educação.

Na sequência, um estudo desenvolvido na Universidade Federal de Pelotas, Rio Grande do Sul, propõe uma reflexão sobre as possibilidades de desenvolvimento do método de educação popular no contexto da escola pública, a partir de revisão teórica, evidenciando o diálogo como instrumento político e articulado à práxis educativa, como possibilidade para aproximar a educação popular como um método de trabalho no/do contexto da educação escolar. O oitavo artigo da revista traça uma análise de um programa de formação continuada para educadores da educação inclusiva, da região do Vale do Itajaí, Santa Catarina, a partir da rede municipal de ensino. O artigo seguinte traz algumas reflexões acerca das perspectivas metodológicas de um projeto de extensão

vinculado à Universidade Federal da Paraíba, que abrangeu cerca de oitenta educadores que atuam nas unidades prisionais do estado, cuja proposta educativa é pautada na horizontalidade das decisões e no diálogo como princípio fundante para a organização, sistematização e (re)orientação da condução do processo de construção do conhecimento dos sujeitos envolvidos. O nono artigo estabelece um panorama de análise dos cursos Pré-Universitários/Vestibulares Populares (PUP/PVP), ligados às universidades federais no Rio Grande do Sul, estabelecendo diálogo e troca de experiências entre essas redes constituídas pelos cursos para a promoção de uma rede maior que compreenda buscas e inquietações comuns como espaços de luta e resistência das camadas populares. O penúltimo artigo trata dos desafios da educação do campo, especialmente no segmento da educação infantil, considerando os apontamentos sobre marcos históricos que contornam essa trajetória, desde a ausência do processo educacional no espaço agrário, passando pela proposta de educação rural e as críticas a ela, o debate para elaboração de uma educação do campo e sua especificidade pedagógica infantil. Por fim, o último texto apresenta os resultados de uma pesquisa de mestrado em educação que teve como objetivo levantar as concepções de “felicidade” e “tragédia” presentes na música raiz sertaneja, identificando algumas canções que portam essas ideias, além de compreender se elas podem ser vistas como elementos de educação entre sujeitos nos domínios da educação popular.

Para essa edição, a REP compartilha ainda dois relatos de experiência que se destacam pelas escolhas temáticas. O primeiro deles relata a experiência vivida em um cursinho que prepara transexuais, intersexuais, travestis, lésbicas, bissexuais e gays para o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e outros vestibulares. Já o segundo relato apresenta uma discussão reflexiva de vivências com ações afirmativas a partir de um projeto de extensão que atua na formação articulada entre universitários e povos de terreiro, na área da saúde, em Juazeiro do Norte, Ceará, tomando como cunho metodológico as cartilhas de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS).

Em tempos de ataque às universidades públicas, vale ressaltar aqui as iniciativas trazidas nessa edição da REP, todas elas oriundas da rede pública de ensino superior, e que compartilham suas contribuições, aprendizados e críticas acerca de problemáticas do campo da educação, da saúde e da cultura. Um olhar atento à dinâmica social – e não ao mercado, como desejam as inclinações neoliberais –, e que reafirma o compromisso da universidade pública brasileira com a oferta de uma educação de qualidade, gratuita, constantemente ressignificada pela pesquisa e construída na troca direta com a sociedade.

Boa leitura! E que venha 2019.

Alexandre José Molina
Editor